

BANCO MUNDIAL

INFORME SETORIAL

A agenda que o Banco Mundial sugere ao novo governo

Jornal Valor Econômico

O Banco Mundial preparou um documento com sugestões para entregar também ao novo governo em Brasília para ajudar na elaboração de políticas contra o baixo crescimento e limitadas oportunidades de renda na maior economia da América Latina.

Entre 2010-2019, o Brasil teve um crescimento médio anual do PIB per capita de apenas 0,53%, bem abaixo dos 4,03% de países de renda média alta, 1,4% dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 1,39% do México, por exemplo, segundo o banco. Ou seja, o Brasil ficou para trás.

Nas 'Notas de Políticas Públicas para o Brasil', o Banco Mundial destaca que, ao olhar para o futuro sob um novo governo, o Brasil enfrenta a tarefa de garantir a recuperação de choques passados e construir um futuro com mais oportunidades para toda a população.

Constata que a crise de 2014-2016, a pandemia de covid-19 e as consequências da guerra na Ucrânia tiveram um impacto profundo no país, reduzindo o crescimento, aumentando o desemprego e elevando a inflação. E acrescenta: 'Essas crises também contribuíram para uma década que apresentou poucos ganhos na luta contra a desigualdade. As disparidades existentes se ampliaram devido ao impacto desproporcional desses choques nos mais vulneráveis. Uma recuperação incipiente

está em andamento, mas frágil e está exposta a uma incerteza maior, dada a perspectiva sombria global e os crescentes riscos climáticos’.

Nesse contexto, o banco apresenta uma ‘agenda priorizada’ em torno de quatro questões que considera de maior relevância para a recuperação e resiliência futura do Brasil.

A primeira é o objetivo de promover o desenvolvimento de forma sustentável, considerando ‘o desafio imediato de situar as enormes necessidades de crescimento, inclusão e ação climática do país dentro de um quadro macroeconômico confiável e políticas fiscais eficientes e eficazes’.

Diz que, considerando a crescente demanda por assistência social e necessidades de investimentos em infraestrutura, o atual debate em torno do futuro do teto de gastos como a principal ancora fiscal era esperado. Mas chama atenção para o fato de que as finanças públicas brasileiras estão realmente em uma base frágil. O nível de endividamento do Brasil é superior ao de países comparáveis, e pode ‘aumentar em espiral’ se não houver disciplina fiscal contínua. Sugere que uma ancora confiável deve ter regras fiscais simples e transparentes para apoiar a comunicação e a adesão ampla, com cláusulas de escape que devem ser bem definidas para enfrentar choques.

Para o banco, as transferências sociais precisam ser mais eficientes e progressivas. O Brasil proporciona alguma forma de complemento de renda para as famílias em todos os setores da distribuição de renda. Mas o banco avalia que esse apoio é concedido de forma fragmentada e sobreposto, ou seja, cria duplicidade em algumas famílias e falta de cobertura em outras. Com nova abordagem, o banco calcula que haveria uma economia de cerca de R\$ 144 bilhões, ou 17% a menos do custo projetado em proposta eleitoral (R\$ 173 bilhões).

Insiste na importância de tornar a tributação mais eficiente e progressiva no país. Isso passa por harmonizar a tributação sobre a renda nas diferentes bases fiscais, eliminar as isenções para dividendos e renda de aposentadoria, e também as isenções fiscais ‘regressivas e ineficientes’. No geral, as isenções fiscais foram estimadas em R\$ 320 bilhões, ou 3,3% do PIB em 2022, representando um peso significativo para as contas públicas.

Também defende controle da remuneração e do sistema de previdência do setor público. Avalia que as reformas, incluindo administrativa, reforçariam a sustentabilidade fiscal do sistema sem aumentar a pobreza.

A segunda questão é a construção de oportunidades por um crescimento liderado pela produtividade. Nota que, com a crescente dependência dos brasileiros em relação a políticas de assistência social, é fundamental retomar a visão de crescimento e de emprego como especialmente importantes para a dignidade e a mobilidade da população pobre.

Entre opções de políticas públicas para aumentar a produtividade e o crescimento econômico, o banco sugere ao governo intensificar a integração e a concorrência por meio do comércio; aumentar a inovação e o avanço tecnológico; melhorar o ambiente de investimento; modernizar a infraestrutura. Tudo isso precisaria ser complementado com reformas específicas setoriais.

A melhora do ambiente de negócios no país é também central. O banco cita estudo do governo de 2019, que estimou que fazer negócios custa às empresas R\$ 1,5 trilhão a mais no Brasil do que em economias da OCDE. Também calcula que o déficit de financiamento da infraestrutura brasileira está rapidamente se aproximando de US\$ 800 bilhões.

Em terceiro lugar, o Banco Mundial sugere ao governo aumentar as habilidades e a inclusão econômica da população pobre para que estes tenham maior capacidade

de captar as oportunidades que surgem com o crescimento. Isso inclui recuperar perdas de aprendizagem, reduzir as taxas de abandono escolar, melhorar a qualidade do ensino, reformular o Sistema Nacional de Emprego (Sine), entre outras ações.

O quarto tema é para o Brasil concretizar o potencial como economia verde. Isso passa por reduzir o desmatamento ilegal até 2028, ter indústrias e cidades resilientes e agricultura inteligente para o clima, por exemplo.

Conforme o Banco Mundial, com o aumento da perda e degradação florestal na Amazônia, esse bioma pode em breve atingir um ponto de inflexão além do qual grandes áreas da bacia amazônica, dentro e fora do Brasil, não teriam chuvas suficientes para sustentar os ecossistemas nativos ou fornecer serviços ecossistêmicos essenciais, com consequências para os principais setores de crescimento do país.

O impacto projetado de um potencial ponto de inflexão da Amazônia sobre o PIB acumulado do Brasil até 2050 foi estimado 'de forma conservadora' em cerca de R\$ 920 bilhões. O banco defende adoção do sistema de comércio de emissões, considerar a criação de um imposto sobre o carbono e iniciar eliminação de subsídios para as atividades intensivas em emissões, e apoio às famílias para gerenciar a transição climática.

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 615 – Em 09 de janeiro de 2023

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.